

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 3 Setembro - Dezembro 2024

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A LIDERANÇA INDÍGENA KRETÃ KAINGANG

Bruno Pastre Máximo*

Kretã provém da Terra Indígena Mangueirinha, localizada em uma área de Mata Atlântica no interior do Paraná, frequentemente alvo de ameaças por parte de madeireiros, sendo a maior reserva de araucária do mundo. Atualmente, é uma das lideranças do território sagrado da floresta estadual metropolitana de Piraquara, no Paraná. Em abril de 2004, Kretã foi um dos fundadores do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, que representa o principal espaço de articulação do movimento indígena no Brasil. É filho do lendário Cacique Kaingang Ângelo Kretã, o primeiro indígena vereador da história do Brasil, eleito em plena ditadura militar, que liderou os kaingangs e guarani na primeira retomada de terra de repercussão nacional em 1974 no Paraná. Foi perseguido, emboscado e morto no dia 29 de janeiro de 1980. Kretã marca presença constante nas principais discussões sobre a política indigenista no Brasil, sendo um dos fundadores da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), uma organização que também denuncia a violência enfrentada pelos povos indígenas na região, marcada por conflitos violentos com fazendeiros e madeireiros pela posse da terra. Ele também teve participação na fundação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e liderou os esforços iniciais da luta indígena contra o Fracking no Brasil, que possibilita a extração de petróleo, gás e carvão do solo, e continua engajado na defesa dos territórios indígenas.

Em 2019, Kretã foi um dos líderes indígenas que participaram da jornada “Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais”, visitando 12 países e 19 cidades na Europa. O objetivo da jornada era exercer pressão sobre o governo brasileiro e as empresas do agronegócio para que cumprissem os acordos internacionais relacionados às mudanças climáticas e aos direitos humanos. Foi uma das principais lideranças contra o acordo entre Mercosul, Brasil e União Europeia. Mesmo durante a pandemia da covid-19 em 2021, Kretã destacou-se como um dos líderes na mobilização nacional contra o Marco Temporal

* Entrevistador. Doutor em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia pela UFMG. Mestre em Arqueologia pelo MAE/USP. Graduado em História pela UNICAMP. É Técnico Administrativo em Educação com o cargo de Arqueólogo do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas. É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Está atualmente cedido para o Ministério dos Povos Indígenas, onde trabalha na Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena. Tem pesquisa voltada para a análise de paisagens ancestrais na África, em especial Angola e Guiné-Bissau. Email para correspondência: bruno.pastre@povosindigenas.gov.br

e o Projeto de Lei nº 490, de 20 de março de 2007, iniciativas que impulsionaram o acampamento “Levante Pela Terra”. Participou do XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, representando a Apib, contribuindo de forma decisiva para a redação do Ofício nº 12, de agosto de 2023, encaminhado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) para o Ministério dos Povos Indígenas, que foi discutido e aprovado em assembleia da categoria. Tem o sonho de se graduar em arqueologia.

Figura 1. Kretã Kaingang.



Fonte: Cristina Ávila. <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2021/08/liderancas-indigenas-preparam-mobilizacao-contra-aprovacao-do-marco-temporal/>

1 – QUEM É KRETÃ KAINGANG? PODE DESCREVER UM POUCO DA SUA HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DENTRO DO MOVIMENTO INDÍGENA?

O nome Kretã é um nome que não pertence a mim como pessoa, mas pertence a um legado de lideranças Kaingang. Em determinados momentos da história do Brasil, pessoas com esse nome lideraram movimentos políticos importantes, como foi com o meu tataravô, meu bisavô, meu avô e meu pai, que se chamava Ângelo Kretã. Todos eles se chamavam Kretã e todos eles tiveram ligação com a luta dos povos indígenas, e eu tenho esse sobrenome Kaingang. Eu também, tendo esse nome, não poderia ficar de fora de alguma maneira de ajudar as pessoas.

A minha trajetória de luta começou desde os meus 8 anos, quando eu perdi meu pai em uma emboscada nos anos 1980, e, a partir daí, começou toda a minha trajetória de vida. Estive na luta e sobrevivência dentro da Terra indígena, passei um período da minha vida na cidade onde tive várias profissões, inclusive sou ex-militar. Mas, de forma geral, eu fui mesmo entrar para a questão indígena, movimento organizado em 1998,

por meio de uma associação de indígenas que moravam na capital em Curitiba. A partir dali, foi muito rápido para eu chegar no movimento indígena nacional devido à questão desse nome Kretã, que é um nome, como eu já falei, de líderes, e a minha trajetória foi assim até chegar nesse momento de hoje: liderar, com vários outros líderes, o movimento indígena nacional pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o movimento indígena internacional. Então, de forma resumida, essa é um pouco da minha trajetória como liderança indígena.

2 – COMO COMEÇOU SEU ENVOLVIMENTO COM A ARQUEOLOGIA?

Na arqueologia, meu envolvimento começou com um convite de um amigo arqueólogo, que eu conheci em um dos caminhos antigos que ligam o planalto de Curitiba com o litoral, chamado Júlio Thomas. Ele reside em Piraquara, no estado do Paraná, e me convidou, com outro indígena guarani, a visitar uma casa subterrânea que pertence ao povo Jê do Sul, antigos ancestrais dos povos Kaingang e Xokleng. Eu acabei indo conhecer essa casa subterrânea, e, a partir dali, nunca mais eu quis parar com esse processo de conhecer e entender as casas subterrâneas, os tamanhos delas, a importância de cada uma delas, o porquê dos diferentes tamanhos, e suas diferentes funções. A partir daí, fui me apaixonando pela arqueologia e passei a ter mais vontade de entendê-la melhor para que eu possa dar um retorno para o meu povo, no sentido de entender a questão dos que nos antecederam, quem são os nossos ancestrais, que deixaram essas marcas e vestígios para nós. Isso é importante para que os mais jovens hoje, essa geração, possam ter acesso e confirmar que aquele território ali é nosso.

Então, a primeira casa que eu visitei foi com o Júlio, que me levou antes da Serra do Mar, no primeiro Planalto, ainda no município de Quatro Barras. Ele me convidou para que eu fosse lá para ele me mostrar. E quando nós chegamos, temos o costume de, antes de entrar num terreno desconhecido, numa floresta, pedir permissão para os nossos ancestrais que por ali passaram e por ali habitaram. E a gente acabou entrando. Quando eu dei de frente com aquela casa que eu nunca tinha visto, foi uma sensação bem diferente. Eu só tinha ouvido falar sobre as casas subterrâneas, mas eu não conhecia uma. E teve alguns sinais quando chegamos: o primeiro que eu vi foi o canto de um pássaro muito forte. Eu nunca tinha ouvido aquele canto, e estava o arqueólogo com o parente Guarani, e eles também ouviram.

Depois do canto desse pássaro, essa casa subterrânea, coberta por árvores, deu um vento na copa das árvores, baixou aquele vento em forma de redemoinho, e, no fundo da casa subterrânea, levantaram as folhas. Esse foi outro sinal que aconteceu. Depois, eu senti aqui no meio da floresta, tinha um homem andando com uma criança, pegando na mão. Eu não vi, mas eu sentia isso, não é? Esse sentimento é só nós, os indígenas, que temos essa condição de sentir. E eu o senti conversando então com essa criança. Eu o senti conversando com essa criança numa linguagem que não era a minha linguagem, é uma linguagem mais antiga, dos que antecederam o povo Kaingang. E, na sequência, quando a gente estava do lado do buraco, assim, dentro da casa subterrânea, a gente escutou três batidas na parede, um som de batida na parede. Quando você bate numa terra aqui, faz um barulho, e então o parente nosso, que era Guarani, correu, e ficou eu e o arqueólogo lá. Depois, eu falei para o arqueólogo:

— Não corra, que esses aí são nossos ancestrais que estão agradecendo a presença minha aqui dentro, onde eles passaram.

E então, da importância de eu ter ido, e a partir dali, mudou muito minha cabeça sobre a questão de pensar arqueologia. Outra questão é que esse arqueólogo que nos levou lá me contou que fazia muitos anos que ele conhecia aquela casa subterrânea. Inclusive,

ele tinha levado outros povos indígenas lá nessa casa subterrânea, mas nunca tinha sentido nada, nunca viu nada. Inclusive, ele dormiu já lá, montou uma barraca e dormiu lá do lado, e ele nunca ouviu ou sentiu nada diferente como foi aquele dia quando ele me levou lá. Então, isso me levou a pensar que será que nós hoje vamos conseguir conversar com nossos descendentes, porque as nossas futuras gerações daqui 2 mil anos, daqui mil anos, a gente vai conseguir bater como foi batido naquele buraco, como os pássaros se pronunciaram, com canto; aquelas vozes que eu ouvi, que eu não consegui visualizar, mas eu ouvi. Então, são coisas que têm essa ligação com a arqueologia para nós.

Figura 2. Kretã Kaingang visitando uma casa subterrânea em Quatro Barras, Paraná.



Fonte: Júlio Thomas.

3 – PARA VOCÊ, O QUE É A ARQUEOLOGIA?

A partir daquele momento, do que eu senti, e da vontade que eu tenho de entender mais o passado, eu vejo que é uma maneira de ligar nosso presente com a ancestralidade. Porque a gente vê a maneira que a arqueologia chegou no Brasil e desligou a nossa ancestralidade dos atuais povos. É como se a gente não tivesse pisado nesses territórios há 4 mil ou 6 mil anos. Os materiais que são encontrados, quando você faz as pesquisas sobre arqueologia, eu entendo que têm que ser de uma maneira devolutiva a nós povos indígenas, principalmente para nós entendermos essa ligação nossa com a nossa ancestralidade

4 – NOS SEUS MAIS DE 20 ANOS DE LUTA DENTRO DO MOVIMENTO INDÍGENA, COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS DENTRO DO MOVIMENTO DE LUTAS PELOS DIREITOS INDÍGENAS?

Então, eu não vejo a arqueologia dentro do movimento indígena. Nunca consegui ver uma ação efetiva nos meus 20 anos dentro do movimento. Sei que há alguns poucos que buscam trabalhar com povos indígenas, mas são uma pequena minoria, e não os

vi na linha de frente de lutas, manifestações ou eventos. Eu posso dizer que nunca vi arqueólogo, tanto arqueólogo indígena quanto não indígena, com uma atuação dentro do movimento indígena nacional. Assim, eu não conheço manifestação por parte da arqueologia sobre apoio concreto ao movimento indígena.

5 – COMO VOCÊ VISLUMBRA A ATUAÇÃO DA ARQUEOLOGIA ENQUANTO FERRAMENTA DE LUTA POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS?

Nós estamos hoje vivendo um momento muito difícil, em que se questionam o tempo todo os nossos direitos territoriais. Mesmo com a vitória contra o Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF), há decisões contrárias em outras instâncias, violências contra nossos parentes e um ataque permanente do Congresso Nacional, que, inclusive, para enfrentar o STF, aprovou uma lei que não só institui o Marco Temporal, mas prejudica enormemente outros direitos indígenas. Essa tese é absurda, pois afirma que a nossa presença aqui no território seria recente, só a partir de 1988, dia 5 de outubro de 1988, a partir da data da promulgação da constituição. Eu acho que a arqueologia pode ter um papel fundamental como ferramenta de contestação disso, usando-a a nosso favor, para garantir nosso direito territorial, confirmando nossa presença desde o passado mais antigo até o mais recente. Isso seria uma forma muito contundente de fazer com que o Estado entenda. No panorama atual, entendo que essa é uma grande contribuição da arqueologia para a garantia do direito dos povos indígenas, principalmente dentro da questão territorial.

6 – O QUE VOCÊ ACHA QUE PRECISA SER FEITO PARA A ARQUEOLOGIA CONSEGUIR AJUDAR AINDA MAIS NA LUTA DOS DIREITOS INDÍGENAS?

Eu acredito que o principal é mudar esse conceito de como se faz a arqueologia. Sei que ela não é brasileira, veio de fora, quem trouxe ela para o Brasil foram os americanos e os europeus, no século XIX, mas principalmente durante a ditadura militar. De forma mais sistemática, ela veio aqui na época dos militares, e acredito que esses que vieram não tinham interesse nos povos indígenas, e fizeram de tudo para desligar a nossa ancestralidade dos achados arqueológicos. Estou repetindo várias vezes essa palavra, ancestralidade, para que ela se torne uma palavra de ordem, e que tenha a centralidade nas pesquisas atuais.

Para ajudar os povos indígenas, o que precisa ser feito, dessa forma, é mudar esse conceito, e tratar com respeito os achados no território, que eles têm descendentes hoje, e merecem que essa história seja contada. Precisamos também que os arqueólogos de fato se coloquem do lado de povos indígenas, na nossa luta. Isso significa participar das nossas manifestações, chamar os indígenas para participar das pesquisas, compartilhar os resultados do que foi estudado e se engajar mesmo. Não basta entregar a tese, relatório ou livro para a aldeia. Isso é importante, mas tem que virar política pública por meio de projetos, captação de recursos e garantir a luta pela nossa terra.

7 – A IMENSA MAIORIA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS FEITAS NO BRASIL SÃO REALIZADAS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. COMO VOCÊ ANALISA ESSA SITUAÇÃO E SUA IMPLICAÇÃO COM OS POVOS INDÍGENAS?

Acredito que a arqueologia, como ela veio na época da ditadura militar para o Brasil, e os militares que acabaram trazendo esses arqueólogos e a partir daí que de fato começou a arqueologia no Brasil, colocaram a mesma mentalidade deles, de trabalhar para destruir a nossa memória e território. No nosso entendimento até os dias de hoje,

a arqueologia tem o mesmo sentido quando chegou no Brasil, ela só serviu para liberar obras como hidrelétricas, barragens, linhas de transmissão, rodovias, montagem de grandes estruturas para grandes empresas etc. A gente vê que a arqueologia é como um serviço que só serve para licenciar e liberar obra. Ela quase nunca serviu como uma ferramenta para defender qualquer direito nosso. Como indígena é muito triste que muitas dessas pesquisas resultaram em coleções que estão jogadas em universidades. Eu tive a oportunidade de conhecer o espaço de arqueologia dentro da Universidade Federal do Paraná, onde vi muitos materiais, mas muitos materiais mesmo, que foram coletados durante todos esses anos, oriundos das construções para “desenvolver” o Paraná. Essas coleções só servem ali para estar empilhadas né, não serve para nada. Para quem está ali dentro agora, pode ter algum sentido, agora para nós povos indígenas aquilo ali seria de fundamental importância. Por isso afirmo que a arqueologia precisa mudar. Precisa se tornar uma arqueologia brasileira que respeite os povos originários desse Brasil e que esses materiais, que hoje estão todos estocados dentro das universidades, sirvam para nós como ferramenta para estudar, pesquisar, e entender o nosso passado.

Temos necessidade de que essas peças nos permitam entender melhor os nossos ancestrais, e não somente para a academia e para quem se torna um arqueólogo fazer estudo. Sabemos que a linha pela qual a maior parte da arqueologia trabalha, e é uma das funções dela, é para liberar obras para o licenciamento ambiental e, de alguma maneira, isso é uma forma de você negar aí o direito de quem está lá, seja antigo ou atual.

Eu, por exemplo, tive a oportunidade de conhecer as urnas depositadas na Universidade Federal do Paraná. Eu vi que os corpos de nossos ancestrais estão ali numa prateleira né, que não tem serventia aparente para aquelas pessoas ali, mas para nós é muito doloroso isso. Você ver os corpos dos teus ancestrais ali dentro daquelas urnas servindo como material de pesquisa para o pesquisador para formar mais arqueólogos, que ainda vão trabalhar para liberar obras e destruir mais coisas nossas. Isso não é respeito com a nossa ancestralidade. Eu entendo que isso tudo é porque a arqueologia foi trazida de fora, ela não é uma arqueologia brasileira ainda. Então por isso que tem essa visão colonialista mesmo. Mas eu espero ainda que a arqueologia se torne uma arqueologia brasileira e que venha respeitar a ancestralidade dos povos originários do Brasil para a gente poder trabalhar da melhor maneira possível, respeitando aí o princípio, a nossa cultura, a nossa espiritualidade e, principalmente, a nossa ancestralidade nesse território.

8 – COMO VOCÊ AVALIA QUE DEVEM SER FEITAS AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DENTRO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS? TERRITÓRIOS AQUI ENTENDIDOS COMO OS QUE OS POVOS ENTENDEM COMO SEUS, E NÃO NECESSARIAMENTE RECONHECIDOS PELO ESTADO COMO TAL.

No meu entendimento, ela tem que ser devolutiva. Primeiro precisa se fazer um trabalho com os povos indígenas daquele território, começando por ouvir as lideranças, ouvir os seus pajés, seus líderes, a sua comunidade, as mulheres, as lideranças jovens. Ou seja, precisa ser ouvida toda essa comunidade antes de se começar uma pesquisa e um estudo dentro desse território, porque é importante que a gente tenha troca. Nós queremos aprender o que seria arqueologia desse lado para a gente poder também dar essa devolutiva no pensamento e no entendimento da nossa visão sobre a arqueologia. Mas como eu já disse, e vou repetir aqui, para nós, povos indígenas, a arqueologia enquanto ciência é desconhecida, e muito disso é por causa desse desligamento que a arqueologia até o momento ainda faz, de desligar o passado ancestral do presente.

E hoje também como nós temos direitos internacionais, que é o caso da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante que tenhamos direito à

consulta livre, prévia e informada, e é importante que a gente possa trabalhar em conjunto com a comunidade. É importante ter uma consulta séria sobre a questão do estudo da arqueologia dentro da terra indígena, para que a gente não passe por cima de um direito internacional e também para que a comunidade possa entender e optar pelo que ela quer dessa pesquisa de arqueologia dentro do seu território, independentemente da situação, seja ele para empreendimento ou pesquisa acadêmica. É importante que você faça esse estudo e construa junto com essa comunidade a pesquisa dentro desse território.

9 – HOJE COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DA ARQUEOLOGIA DENTRO DO ESTADO COM RELAÇÃO À POLÍTICA INDIGENISTA?

Então Bruno, eu vejo que nos espaços que seria de fundamental importância ter arqueólogos, por exemplo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou no Ministério do Meio Ambiente (MMA), não tem. Na verdade, pode ser até que tenha algum, mas eu não conheço. Para que a gente possa transformar a arqueologia numa política pública, é preciso ter a presença de arqueólogos dentro desses espaços, né? Porque são os espaços que são direcionados à questão do licenciamento ambiental, e por isso é de suma necessidade ter arqueólogos dentro desses espaços. É o caso da Funai, porque é lá que são feitos os estudos sobre a presença indígena no território.

Quando se estabelece o grupo de trabalho para constituir uma portaria declaratória de terra indígena, é o antropólogo que faz aquele trabalho. O trabalho é de fundamental importância para a portaria declaratória, principalmente para provar que houve a presença indígena ali dentro do território e por isso o estado deve garantir o direito daquela terra aos povos indígenas. Mas a arqueologia pode mostrar um outro sentido, que é o sentido que se é questionado dentro do próprio Marco Temporal, sobre essa presença indígena de longa duração no território. Por exemplo, a arqueologia pode mostrar que naquele território sempre teve uma presença indígena, porque os materiais arqueológicos estão ali no lugar, né? Todos são componentes do sítio arqueológico, ou sítio sagrado e ancestral como a gente chama o sítio arqueológico. Esses objetos, nossos instrumentos sagrados, como a nossa cerâmica, as nossas machadinhas, as mão de pilão, as pontas de flecha, entre outros, demonstram a nossa presença no território, estão ali como comprovação. Então a arqueologia seria importante para a gente poder fazer essa ligação entre o passado e o presente. Eu acho que a arqueologia tem que se colocar junto dos povos indígenas. A gente não pode ficar nessa arqueologia aí só para licenciamento ambiental, essa arqueologia que veio dos Estados Unidos, da Europa, e não é nossa. Inclusive, Bruno, queria te dar os parabéns por você ter colocado essa discussão no Ministério e comigo, e estar tentando pautar isso na secretaria.

A arqueologia tem muita importância para a luta indígena, e estamos tentando mudar a cabeça das pessoas, das instituições, para valorizar isso. A gente tem conversado e participado de muitas coisas juntos, e temos que conseguir inserir outros arqueólogos também. Eu acredito que uma maneira de mudar esse viés colonialista é incorporando nossos parentes indígenas também na arqueologia, estudando cada vez mais arqueologia. Eu acredito que muita coisa vai mudar no futuro, não só incorporando os arqueólogos na estrutura do Estado, mas também o pensamento dos professores na própria universidade. Por exemplo, nós temos indígenas que já estão dentro da universidade, em fases finais de doutorado, e logo esses aí vão ser os professores. Mas reconheço que é um grande trabalho para você quebrar essa maneira que foi criada a arqueologia no Brasil, não é fácil, mas eu sei que esses nossos companheiros indígenas são guerreiros, e conto muito

aí também com a sensibilidade de quem já é arqueólogo, já é professor de arqueologia, já vem há anos formando arqueólogos para a gente ter uma sensibilidade de pensar uma arqueologia brasileira e não aquela cabeça fechada de uma arqueologia lá de fora.

Nós precisamos pensar que hoje somos a população descendente daquela ancestralidade lá de trás e que a gente tem muita ligação sim e por isso que a gente está aqui, porque a arqueologia colonial estuda o homem primitivo até no dia de hoje, e comprova que nós somos descendentes daqueles primitivos. Agora, para os nossos indígenas, a arqueologia não quer comprovar o que antecedeu a nós. Por exemplo, os Kaingang antecederam o Guarani em alguns lugares, em outros foi diferente, mas todos eram indígenas. O que vemos são arqueólogos relacionando os achados com aqueles primitivos, muito remoto, que são nossos antepassados sim, mas é importante dizer isso, que são nossos ancestrais. Não dá para entender o que se passa pela cabeça de arqueólogos que ignoraram essa relação. Eu acredito que a gente possa estar construindo um novo caminho para a arqueologia e também que arqueologia possa estar ainda mais no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), possa estar na Funai, no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente, mas também possa vir para a educação.

Seria muito importante também ter uma maneira de a gente trabalhar nas escolas com os alunos sobre essa importância do papel da arqueologia. Também sei das condições difíceis da profissão do Brasil, e que provavelmente essa situação profissional ruim é justamente porque se estudam os povos indígenas. O arqueólogo tem que ter os mesmos direitos como qualquer outra categoria de trabalho de mão de obra tem hoje no Brasil.

Eu acredito que a gente pode mudar isso. Eu já falei, eu sou um cara que desde a primeira vez que entendi a arqueologia, também entendo sua enorme importância. Desde que tive a oportunidade, de, com o Júlio Thomas, conhecer o que seria uma casa subterrânea Kaingang, eu acredito que podemos mudar a ciência arqueológica, para que ela seja muito mais proveitosa para nós, povos indígenas, e para a população em geral.

10 – ATUALMENTE TEMOS JÁ ALGUNS ARQUEÓLOGOS INDÍGENAS FORMADOS E PÓS-GRADUADOS. O QUE VOCÊ ACHA QUE A ARQUEOLOGIA FEITA POR INDÍGENAS TEM A CONTRIBUIR COM A CIÊNCIA?

Eu acredito que a arqueologia indígena pode contribuir muito para a ciência, para o futuro ou para esse entendimento sobre o que é arqueologia. Essa que vemos hoje não é daqui, mas é uma arqueologia de fora, e para construção de um novo momento da arqueologia no Brasil, a gente só vai conseguir construir isso se houver sensibilidade pelo lado da arqueologia atual. Eu acredito que se existir uma sensibilidade, a gente pode construir um novo momento da arqueologia a nível de Brasil, e que essa arqueologia seja um bem para a humanidade, para explicar os caminhos que a gente teve para chegar até aqui. Porque eu entendo que a arqueologia tem dificuldades para se apresentar na sociedade. Só entende quem está dentro dela, quem faz o licenciamento ambiental, quem está estudando, quem está lá dentro.

Eu acredito que o indígena já tem uma visão totalmente diferente do que ele vai trabalhar dentro da arqueologia. Eu acredito muito nos nossos parentes que estão na área de arqueologia, não só os que já estão formados, já estão com mestrado e doutorado, e recomendo para aqueles que gostam das coisas da ancestralidade que façam arqueologia e a sigam como modo de vida.

11 – VOCÊ ESTEVE PRESENTE NO CONGRESSO DA SAB REALIZADO EM FLORIANÓPOLIS. O QUE ACHOU?

Primeiro, eu gostei muito da maneira que fomos tratados lá dentro, por todos que estavam ali presentes, mas também eu sempre considero que todo o local em que você

está serve para conquistar mais um espaço, e aquele espaço não é para mim como pessoa, mas é um espaço para nós como povos indígenas. Então, a gente teve a oportunidade de ver os trabalhos que estão sendo feitos hoje a nível de Brasil. Tive a feliz oportunidade de participar da plenária de abertura e da geral, dos debates que aconteceram com a presença indígena nas mesas, com os nossos arqueólogos.

Eu também, como coordenador executivo da Apib pela região Sul, tive esse momento de fala, e a gente procurou deixar uma marca nossa ali como indígena, deixar o nosso pé ali batido, o nosso pé firmado. Pude também reafirmar a urgente necessidade de não desligar o presente do passado. Eu acredito que consegui construir esse momento, e que pode acontecer também no próximo congresso. Penso que precisa ter uma participação maior de indígenas no próximo congresso, já que estávamos em pouco número. Eu acredito que, no próximo, vamos estar mais presentes, e aí a gente pode fazer um debate sobre o que os indígenas estão trabalhando, o que entendem sobre a arqueologia. Muitos indígenas podem e estão ligados à arqueologia, mas de uma maneira diferente, com uma visão indígena, que não é um indígena que está dentro da academia, não é que teve que passar por uma academia para poder fazer uma pesquisa de arqueologia dentro da sua cultura.